

Xmas
Lei n° 3/65.-

A Câmara Municipal de Parauapebas do Sul, Estado do Pará, decreta e em Prefeito Municipal, sanciona o seguinte Lei:-

Artº 1º - Fica declarada de utilidade pública para fins de compra ou desapropriação, a área de 2.000 m² (dois mil metros quadrados) de terras situadas na Chacara nº 9 (nove), da Vila de Viamão, neste Município, de propriedade do Sr. João de Paula Alvimatti, conforme transcrição nº 11.574, as fls. 135 do Livro nº 3-0, no Cantoário de Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Artº 2º - Fica o Poder Executivo autorizado, depois de concluído o que determina o artigo anterior, a ceder por desacção ao Estado do Pará, para ali ser construído pelo mesmo, o prédio destinado ao Grupo Escolar.

Artº 3º - Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial necessário, para cobrir as despesas gerais da execução da presente Lei.

Artº 4º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Parauapebas do Sul,
em 11 de março de 1965

Alcindo S. Camus
Prefeito Municipal
Assessora
Secretário

Lei n° 4/65.-

A Câmara Municipal de Parauapebas do Sul, Estado do Pará, decreta e em Prefeito Municipal, sanciona a -

seguinte Lei:-

Artº 1º - Fica o Poder Executivo Municipal em declarar de utilidade pública, para fins de compra ou desapropriação, um (1), dos seguintes imóveis:-

a) - Lots n° 1, 2, 3, 7, 8 e 9 (um, dois, três, sete, oito e nove) da Quadra n° 13 (treze), do Bairro Urbano desta Cidade;

b) - Lots sob n° 2, 3, 6, 7, 8, 9 e 10 (dois, três, seis, sete, oito, nove e dez) da Quadra n° 61 (sessenta e um), também do Bairro Urbano desta Cidade, para que dísses imóveis sejam construído o prédio para o Seminário Estadual desta Cidade.

Artº 2º - Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a proceder a que consta no anexo 1º desta Lei, no imóvel que melhores condições oferecer, para tal construção.

Artº 3º - Fica igualmente autorizado o Poder Executivo Municipal em declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, dígs fins de compra ou desapropriação, um terreno na Sede do Distrito de Vila Nova Laranjeiras, deste Município, essa a área necessária para o fim especial de ali se edificando o Grupo Escolar Distrital, conforme verba aprovada no Orçamento do Estado do Paraná, para o corrente exercício.

Artº 4º - Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a, depois de concluída o que determinarem os antigos proprietários, ceder por doação ao Estado do Paraná, os citados imóveis, para construção pelos mesmos despesas já mencionadas.

Artº 5º - Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial necessário, para ocorrer os despesas oriundas da presente Lei.

Artº 6º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, em
11 de março de 1.965